

RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS EM ÁREA DE PRESERVAÇÃO AMBIENTAL¹

Maria do Carmo Couto Teixeira²

Resumo

A preocupação ambiental mundial motivou a política de criação de áreas protegidas. As críticas mais recentes ao modelo de implantação destas áreas vêm dos que adotam um enfoque socioambientalista. As críticas se justificam pelos problemas ambientais e sociais causados pela preocupação com a conservação da natureza separada da convivência humana. Este trabalho se propôs analisar os desdobramentos da criação de um parque estadual em Minas Gerais que se deu em meio à luta dos agricultores familiares (sitiantes e meeiros) pelo direito de participar e intervir no processo de implantação desta Unidade de Conservação (UC) coordenado pelo Instituto Estadual de Florestas (IEF-MG).

Palavras-chave: agricultura familiar - Unidade de Conservação – relações socioambientais

Introdução

A preocupação com o meio ambiente a partir de meados do século XX, motivou a realização de conferências nacionais e internacionais sobre a conservação e uso dos recursos naturais. Os debates influenciaram a formulação de políticas ambientais como a criação de Unidades de Conservação (UC) vista por muitos autores como uma das formas de conter a degradação ambiental. Aos poucos as UCs vêm se consolidando como um campo de disputas, principalmente em virtude da concepção de conservação da natureza que exclui o ser humano.

No Brasil, desde o final do período imperial, a proteção da natureza já interessava a uma classe de intelectuais e acadêmicos militantes (PÁDUA, 2002). Como projeto nacional, contudo, foi materializada somente a partir de meados dos anos 1930, inicialmente inspirado nas iniciativas e modelos de proteção empreendidos em outros países (DIEGUES, 2001) evoluindo e consolidando-se como um modelo nacional, sobretudo, nos últimos 70 anos, resultado do longo e lento processo de aparelhamento e estruturação do Estado, seu principal executor (MEDEIROS, 2004).

O crescente interesse dos cientistas sociais, especialmente dos antropólogos, por este tema se justifica pela extensão e complexidade da criação das unidades de conservação. Além de estarem desigualmente distribuídas no mundo, são consideráveis as restrições ao uso humano e ocupação. Vários estudos como os de West P. et alli (2006) e uma extensa

¹ Trabalho apresentado na 26ª. Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 01 e 04 de junho, Porto Seguro, Bahia, Brasil.

² Doutoranda em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade - UFRRJ /CPDA. Caixa Postal 128 – Viçosa, MG, CEP: 36570-000. Email: mcouto@ufv.br

produção nacional³, indicam que a conservação da natureza separada da convivência humana contribui para o aumento dos problemas socioambientais. A desconsideração da perspectiva cultural, de integração do mundo material ao mundo espiritual e humano, própria de muitas “culturas tradicionais”⁴ é a causa de grandes conflitos agravados com as desapropriações, a perda dos vínculos com o lugar de origem, os dispositivos de restrição e punição quanto ao uso direto da área e dos recursos que sempre estiveram disponíveis.

Não existe um ambiente puro e intocado (DIEGUES, 2000) embora para muitos a Mata Atlântica seja sinônimo de natureza intocada, praticamente todas as suas florestas sofreram algum tipo de impacto humano. Isto não significa que toda presença humana é absolutamente responsável pela destruição, necessitando de separação. Para Acseirad (2004:14) o ambiente é atravessado por sentidos socioculturais, interesses, formas de apropriação, uso material e simbólico diferenciados, nesse sentido, para muitos autores, não é a condição das áreas cercadas e privadas da presença humana que garante automaticamente a preservação da integridade biológica, uma área desabitada não se constitui como limite para o desmatamento, bem como tem limites ecológicos para plena conservação ambiental.

Do ponto de vista dos agricultores há uma série de dificuldades relacionadas às políticas preservacionistas⁵, principalmente pela separação entre ecossistemas naturais e ecossistemas agropecuários, centrando mais no conceito de preservação do que no de utilização social de recursos naturais (ALMEIDA et al, 2001). Por consequência, implica em mudança de tradições e costumes (produção e vida) que não são definidos pelos agricultores individualmente, mas dependem das estratégias de sobrevivência que eles adotam.

As principais críticas vêm dos que adotam um enfoque socioambientalista, o modelo preservacionista não é adequado à dinâmica dos ecossistemas e, ao mesmo tempo, respeitoso da cultura e dos anseios dos povos que neles vivem e principalmente não parte de uma

³ Entre os estudos que discutem a questão dos impactos sociais ocasionados pela delimitação de reservas, destacam-se os trabalhos de DIEGUES, A. C.; NOGARA, P. J. O nosso lugar virou um parque. São Paulo: NUPAUB/USP, 1994; FERREIRA, L.da C. Remanescentes de um pretérito mais que perfeito. Debates socioambientais, São Paulo-SP, v.5, n.13, p.20-23, 1999. Diversas experiências de conflitos ambientais foram apresentadas no Seminário Internacional Sobre Presença Humana em Unidades de Conservação, 1, 1996, Brasília. Anais. CAMARGOS, R. Nascimento da APA-Sul RMBH: o poder da polêmica. In: ACSEIRAD, Henri. Conflitos socioambientais no Brasil. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Heinrich Böll, 2004, p. 131-146; CAMARGOS, R. Muitos olhares sob a mata escura: o delineamento atual de uma reserva biológica. In: COSTA, H. S. M. Novas periferias metropolitanas. A expansão metropolitana em Belo Horizonte: dinâmica e especificidades no Eixo Sul. Belo Horizonte: C/Arte, 2006. p. 217-236.

⁴ O uso deste termo implica no entendimento do papel preponderante da cultura nas relações homem/natureza. Diegues (2000) destaca que as “culturas tradicionais” não existem em estado puro, mas se acham transformadas em maior ou menor grau. Seja pela força, seja pelo mercado, o capitalismo (e mesmo outras formas de organização social) impõe para os diferentes povos suas concepções e relações sociais (RIBEIRO, 1998).

⁵ Preservacionismo e conservacionismo são correntes do pensamento que, desde o começo do século XX, vêm travando embates no campo ambiental. A vertente do socioambientalismo no Brasil surgiu a partir de articulações políticas entre os movimentos sociais e o movimento ambientalista, na segunda metade dos anos 1980. Um dos marcos foi o surgimento da Aliança dos Povos da Floresta (PEREIRA, 2006).

construção democrática dos que vivem em cada lugar e de um conhecimento ecológico progressivo e partilhado (MAZETTO, 2007). Tais críticas colocam em discussão as próprias noções de sociedade e natureza, visto que as suas fronteiras são cada vez menos nítidas (RIBEIRO, 2005). Novos campos de conhecimento surgem e também novos “espaços de confluência, de interrogações e de nutrição mútua entre diferentes campos de conhecimento científico” implicando em “uma reflexão sobre o poder e as racionalidades sociais de vinculação com a natureza” (ALIMONDA, 2006:48).

As iniciativas de implementação de UC no Brasil, têm produzido situações conflitantes marcadas pela interação de atores sociais com interesses muito diversos. Este artigo é parte de uma pesquisa⁶ ainda não concluída sobre os efeitos sociais da criação de uma UC na Zona da Mata mineira. A criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB) como um processo de intervenção do Estado, representou um conflito de grandes dimensões, trazendo à tona uma questão: serão os moradores, confrontantes do parque ou vizinhos que cuidam das serras? A preocupação técnica faz com que sejam compreendidos apenas como confrontantes do parque.

A abordagem etnográfica apresentou-se como imprescindível para esta pesquisa, o trabalho de campo, as visitas familiares, o clima de narrativas, onde cada pessoa participante foi convidada a narrar lembranças e histórias de vida, contribuiu com as principais questões norteadoras. A conversa é uma das características fundamentais nesse universo social, onde falar de si e dos outros faz parte do processo de construção de identidades e alteridades relativas. Segundo John Commerford (s/d, p.2),

“Essa grande produção de conversas que quase sempre embutem falar dos outros e falar de si (...) é fundamental para situar uns em relação aos outros, suas proximidades e distâncias, identidades e alteridades relativas, e constituir-los como coletividade (relativamente) ordenada (e sempre relativamente desordenada, ou em reordenamento)”.

Como pesquisadora, quase sempre chegava conduzida aos locais das conversas e os meus acompanhantes ou o próprio entrevistado é que introduziam o assunto, deixando-me confortável para entrar no fio das narrativas, como disse o meu acompanhante⁷, ao chegarmos à casa de um morador, na Serra das Cabeças:

“Nós estamos querendo fazer uma conversa com as pessoas que trabalham, que estão no dia a dia, que não tem nem tempo de pensar, como que você vê hoje, o negócio do parque, o que afetou a sua vida, melhorou, piorou, eu

⁶ Pesquisa de Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade no CPDA/UFRRJ.

⁷ Agricultor, morador do entorno do PESB e principal informante. Entrevista realizada em dezembro de 2007.

quero a sua opinião sobre isso...é o que você sabe, não precisa inventar nada não...”

O descortinamento dos processos menos evidentes desta intervenção pode revelar o que está havendo em torno do parque, após doze anos da sua criação; quais os fatos constitutivos desta intervenção; qual o peso que tem o parque no cotidiano das comunidades rurais⁸ e municípios, que alterações têm provocado no cotidiano da vida de famílias; qual é a intenção dos agentes criadores do parque e a dos agricultores; se há resistências e como elas se manifestam; enfim, quais os desdobramentos desta intervenção. Para compreender o significado e o potencial destas intervenções é preciso ultrapassar a esfera do discurso, das construções teóricas e olhar mais de perto como elas se constroem.

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro

O Parque Estadual da Serra do Brigadeiro – PESB foi criado pelo governo do Estado de Minas Gerais e se concretizou com o Decreto n 38.319, de 27 de setembro de 1996 em meio a uma grande mobilização social. Localizado na Serra do Brigadeiro, também conhecida como Serra dos Arrepiados⁹, em Minas Gerais, abrange o último grande remanescente de Mata Atlântica de toda a Zona da Mata, com inúmeras nascentes que contribuem de maneira significativa para a formação de duas importantes bacias hidrográficas do Estado: a do rio Doce e a do Paraíba do Sul, além de uma rica biodiversidade.

A história da sua criação remonta à década de 1970, quando agentes externos (pesquisadores da Universidade Federal de Viçosa e técnicos de organizações ambientalistas) constataram o acelerado processo de degradação ambiental pelo desmatamento da floresta nativa para produção de carvão para o abastecimento dos fornos da Siderúrgica Belgo-Mineira. A Lei n 9.655, de 20 de julho de 1988 autorizou a criação com o limite inferior na cota de 1.000 m de altitude, abrangendo uma área de 32.5000 ha, o que causaria um enorme problema social, com a desapropriação de muitas famílias de agricultores¹⁰.

⁸ “Comunidades rurais” ou “córregos” são locais da vida na roça e têm diferentes representações. John Commerford (s/d, p.3) não trata a comunidade como uma “*representação da localidade no sentido de uma imagem ideal, mas da localidade tal como aparece (e se produz) nas conversas das pessoas nesse universo social. Ela aparece como um termo, um nome de lugar, associado a família e reputação. Antes de ser um termo socialmente significativo que nomeia um lugar empírico, está ligada a uma determinada prática de localização moral (que aciona diversas “representações”, no sentido durkheimiano)*”.

⁹ O nome Serra dos Arrepiados tem referência indígena. Brigadeiro é um nome formal, que faz referência ao “Brigadeiro Bacelar”, quem explorou a região nas primeiras décadas do século XIX. Contudo, nem todas as pessoas das 54 comunidades ao pé das serras, conhecem-nas pelo nome de Serra do Brigadeiro ou Serra dos Arrepiados, que são generalizações do nome de uma delas a todo um maciço rochoso; assim, Aranhas, Alegre, Pai Inácio, Campestre, Cabeças, Saco de Bode, e outras mais, passaram a ser englobadas sob um mesmo título.

¹⁰ Ver: Anais do Simpósio Sobre Contribuições para Elaboração do Plano de Manejo Integrado e Participativo do PESB e Entorno, Viçosa: UFV, 2000.

A agricultura familiar¹¹ é a forma de produção e organização do trabalho agrícola nas comunidades rurais desta serra. Como reflexo da ocupação colonial, os agricultores têm uma identidade múltipla e mestiça reunindo *ameríndios, afro-brasileiros e euro-descendentes*¹² e detém um conhecimento dos ecossistemas locais, resultado de uma convivência de várias gerações. Desarticulações e reconstituição de modos de vida exigiram desses grupos estratégias de sobrevivência, que, por um lado criaram mecanismos de enfrentamento com a sociedade envolvente e, por outro, mecanismos internos que permitiram criar relações de reciprocidade, identidades e alteridades.

Alguns agricultores reagiram à proposta externa de implantação do “parque”, considerando a ameaça de desapropriação¹³ e de perda de direitos costumeiros sobre o uso dos recursos naturais e dos lugares¹⁴, até então, de livre acesso aos moradores. A pressão do movimento popular, coordenado pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais - STR¹⁵ com assessoria do Centro de Tecnologias Alternativas da Zona da Mata-CTA-ZM¹⁶ garantiu uma nova proposta de delimitação da área do parque e conseqüentemente a não-desapropriação, a criação de áreas de preservação ambiental de uso sustentável no entorno da unidade, a participação dos agricultores nos debates sobre o plano de manejo e gestão da UC, um processo coordenado pelo Instituto Estadual de Florestas de Minas Gerais (IEF-MG) e ao mesmo tempo, foi organizada uma ampla campanha em defesa da vida e do meio ambiente.

Durante todo esse processo, as organizações dos agricultores procuraram demonstrar que os moradores do entorno do parque podem ser parceiros na proteção dos recursos naturais¹⁷. Estas relações sociais que em alguns momentos foram respeitadas e em outros, conflituosas, moldaram a dinâmica do processo social.

Por mais expressiva que tenha sido a mobilização dos agricultores, muitos não participaram diretamente das ações lideradas pelos Sindicatos de Trabalhadores Rurais. Essa “não-participação” não significa que os grupos carecem de organização de classe ou política, conformismo, acomodação e ou submissão (MENEZES, 2002). Outras formas de resistência, cotidiana, sutil não menos importante podem ter atuado ao lado do movimento organizado. Na

¹¹ Categoria que engloba aqui, trabalhadores do campo, sitiantes, meeiros, camponeses ou roceiros. O que identifica esses sujeitos é principalmente a economia de base familiar voltada para subsistência e também para o mercado, mas não-regida somente pela lógica do mercado capitalista.

¹² Ver Barbosa (2005).

¹³ Uma referência a esse problema em outros países, ver Dowie (2006).

¹⁴ Trilhas, madeira (construção, lenha, mourão de cerca, cabo de ferramenta) taquara, plantas terapêuticas, cipó, palmito (UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA, 2001). Os lugares, Ermida, Água Santa, Pedra Santa e Cruzeiro, foram identificados pelo Centro de Pesquisa e Promoção Cultural de Araponga, MG, CEPEC (mimeo).

¹⁵ Para uma análise dos STRs da região, ver Commerford (2003).

¹⁶ O CTA-ZM é uma organização civil, criada em 1988 por agricultores, dirigentes sindicais, técnicos, professores, pesquisadores, tendo como objetivo institucional, “contribuir na construção de um modelo de desenvolvimento rural sustentável para a Zona da Mata de Minas Gerais” (CTA-ZM, 2004:12).

¹⁷ CTA-ZM (2004).

literatura há vários exemplos de projetos de desenvolvimento rural que não foram implementados por causa da resistência dos agricultores que inviabiliza projetos muitas vezes bem intencionados¹⁸.

Desdobramentos da criação do parque

Em virtude da sua longa extensão¹⁹, a administração do PESB é complexa, sendo a regularização fundiária²⁰, o maior problema. A pesquisa ainda não foi concluída, mas as informações coletadas ao longo do trabalho sinalizam algumas questões relevantes.

A criação de uma UC não é um fato isolado, junto com esta política ambiental vem um pacote de medidas, um conjunto de acontecimentos que incidem sobre o modo de vida, causando efeitos e desdobramentos que vão muito além dos objetivos preconizados pela “conservação” e que podem tanto somar-se a estes objetivos como colocá-los em xeque.

A participação da coletividade no processo de criação em 1996 provocou no segmento popular um crescimento de sua auto-estima e de seu orgulho de ser, porque, apesar do caráter restritivo do conceito de UC em pauta, não houve desapropriações dos agricultores. A intervenção dos agricultores organizados no processo de criação do parque se converteu em pequenos diferenciais de poder para vários grupos, setores e pessoas envolvidas neste processo. As organizações dos agricultores familiares ganharam legitimidade junto aos seus associados, como um órgão capaz de traduzir e de atuar sobre os interesses dos agricultores e o CTA se firmou como uma importante entidade de assessoria, ganhando legitimidade junto às organizações dos agricultores. Diferentes segmentos do município de Araponga e até de outros municípios com áreas incorporadas pelo parque, passaram a obter mais recursos para investimento com o ICMS ecológico²¹ e a vislumbrar novos projetos de desenvolvimento para o município, sem ter que enfrentar a crise que provavelmente teria atingido a região, caso o parque tivesse sido implementado nos moldes originais (MAFRA, 2006).

¹⁸ As formas de resistência camponesa, cotidiana, individual ou coletiva, começaram a receber mais atenção e se tornaram objeto de reflexão de cientistas sociais com a publicação em 1985, do livro *Weapons of the Weak: everyday Forms of Peasant Resistance*, do cientista político e antropólogo americano James C. Scott que trouxe uma contribuição importante na perspectiva das “tensões e lutas não visíveis dentro da estrutura social local em contraposição aos conflitos de massa contra o governo” (WILSON, 1987:111 apud MENEZES, 2002).

¹⁹ Uma área de 15.000 ha não pode ser considerada grande extensão, mas o perímetro de 156 km e, principalmente, a dificuldade de acesso às divisas em virtude do relevo recortado, pode complexificar a gestão.

²⁰ A regularização fundiária destina-se a concretizar o domínio e a posse do Estado sobre as terras inseridas nos limites da UC. Em dezembro de 2005, após um recadastramento das terras, houve um acréscimo que levou a superfície total do PESB a pouco menos de 15.000 ha. 50% da sua área já foi medida e a meta até o final do ano de 2007 era ter 50% da área totalmente regularizada. O problema é que nestes processos nem todos os segmentos da sociedade recebem atenção semelhante quanto às suas perdas e reivindicações.

²¹ Para saber mais sobre a Lei nº 12.040/95, que, em Minas Gerais, a partir de 1996, introduziu critérios sociais, culturais e ambientais para o repasse do ICMS aos municípios, surgindo o ICMS ecológico, ver (MAFRA, 2006). Este tema foi amplamente abordado na dissertação de mestrado de Fernando César da Veiga Neto, CPDA/UFRRJ, 2000.

A criação do PESB, como uma UC de “proteção estrita”, impõe a transformação de antigas práticas, de hábitos costumeiros de uso social da biodiversidade e do espaço, alterando as regras locais de convivência com a natureza, tais mudanças alguns estão dispostos a aceitar e outros não. Ao longo da intervenção analisada, surgem inovações de comportamento, mudanças no *habitus*²² das pessoas e na estrutura de poder local.

A criação do parque também produziu conflitos a partir do acesso dos agricultores familiares e das organizações que os apoiaram, a determinados recursos e instâncias até então inacessíveis, disputando posições, idéias, projetos com outros atores que exerciam maior poder. Assim, novos arranjos políticos são produzidos. Um exemplo disso pode ser visto na criação do Território da Serra do Brigadeiro²³ que resultou de um processo de interação e articulação entre as organizações e os atores sociais em torno do PESB e da luta pela legitimidade e pelo fortalecimento da agricultura familiar. Os agricultores participam do Colegiado de Desenvolvimento Territorial²⁴ e buscam integrar o desenvolvimento rural sustentável à dinâmica social e ao parque. Inúmeras experiências e ações são implementadas buscando compatibilizar o desenvolvimento e a conservação ambiental.

O relativo aumento de poder e de autonomia dos pequenos agricultores e das organizações representativas implica também numa sensação de perda de poder dos outros atores (MAFRA, 2006)²⁵. Esta sensação foi real e, portanto conflituosa, durante o “Simpósio Sobre Contribuições para Elaboração do Plano de Manejo Integrado e Participativo do PESB e Entorno”²⁶. Nos debates sobre o Plano de Manejo do PESB e entorno estava predominando a abordagem técnica e conservacionista em detrimento das questões sociais que afetavam diretamente os agricultores. Estes, juntamente com suas organizações representativas, ameaçaram se retirar, fazendo com que a coordenação do evento, re-elaborasse a metodologia “pseudoparticipativa” para que as questões sociais fossem discutidas, pois não era apenas a conservação da fauna e flora que estava em jogo, mas a cultura e o modo vida das pessoas.

²² A expressão *habitus* adotada por Elias (2001) ou Bourdieu (1989) refere-se à exteriorização de normas sociais, valores, modos de ser que foram interiorizados. Pode ser entendida como saber social incorporado ou estrutura da personalidade social dos indivíduos. Funciona como uma força conservadora no interior da ordem social.

²³ O Território da Serra do Brigadeiro, reconhecido e homologado em 2003 pela Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT – e pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável de Minas Gerais – CEDRS, integra o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais – o PRONAT – do Ministério do Desenvolvimento Agrário. É composto por nove municípios e está situado na porção norte da Zona da Mata Mineira com uma área total de 2.944 km² e um total de aproximadamente 170 mil habitantes.

²⁴ O CODETER, por definição, é um instrumento dos atores sociais para a participação, gestão e controle social.

²⁵ As mudanças na balança de poder incidem na teia de relações humanas e vice-versa, tendo em vista o caráter intrincado e complexo das constelações de poder nas nossas sociedades (SANTOS, 2000 apud MAFRA, 2006).

²⁶ Evento realizado na Universidade Federal de Viçosa, após a criação do PESB, em 2000, reunindo 129 membros de organizações governamentais e não-governamentais, representantes das comunidades rurais do entorno do parque e suas organizações representativas, para elaboração de diretrizes para o Plano de Manejo do PESB e seu Entorno.

Nesse momento, evidenciaram-se as visões conflitantes sobre o uso, a apropriação do espaço e a participação social na gestão ambiental.

Os conflitos continuaram com a criação do primeiro conselho consultivo²⁷ do PESB, em 2004. De um lado, os agricultores, representantes das comunidades, pressionavam para terem maior representatividade e de outro, IEF colocava a sua proposta de participação mais restritiva, revelando a dificuldade do Estado em promover o controle social dos espaços públicos, como analisa um dos membros do conselho (o agricultor - acompanhante):

“Eles continuam a fazer o que bem entendem (...) nós continuamos abençoando o que eles fazem. Parece que o conselho “tá” lá só pra compor (...) qualquer conselho (...) seja municipal, é assim, no final, o prefeito faz o que quer (...) no Estado é mesma coisa. A gente participava aqui do território quando chega “no” Estado, no conselho do Estado, é o governador que manda, por trás é [está] o dedo do governador, se agradar o governador, tudo bem, se não agradar, não adianta”.

A ausência de democracia e a interferência dos órgãos do Estado sobre o conselho consultivo do PESB, é revelada no anúncio da construção da “estrada-parque”²⁸ em plena reunião de posse do segundo conselho para o biênio 2007 - 2008, feito pelo diretor geral do IEF, sem consulta prévia aos conselheiros. Segundo a fala do mesmo conselheiro:

“Na verdade nós estamos lá no conselho, mas agora, por exemplo, tem a estrada pra sair, mas que estrada? Nós não tivemos consulta nenhuma disso, nós vamos abençoar, somos contra? Não, nós até queremos que melhore a estrada, mas que condições? Que participação que o conselho teve nessa história? Que jeito que é essa estrada? Que jeito que nós achamos que a estrada deve de ser? (...) a conversa “deles” é com o prefeito, governador, o povo, não tem” [no sentido de que com o povo não tem conversa]²⁹.

A participação da população local (um termo vago e pouco preciso, na opinião de Pereira, 2005) no processo de implantação do PESB é considerada como um caso incomum (pelo menos em relação a outras UC implantadas em MG), que repercutiu na reflexão sobre

²⁷ O conselho consultivo é um espaço de discussão e negociação dos problemas e demandas ambientais da UC, bem como de sua integração com a sociedade. O SNUC determina que cada parque tenha o seu próprio órgão consultivo, presidido, pelo órgão gestor da unidade, no caso, pelo IEF e com representação paritária entre o poder público e a sociedade civil (ASCOM/SISEMA). O primeiro conselho foi instituído em 2004, composto por 36 membros representantes de órgãos públicos e da sociedade civil, incluindo moradores das comunidades do entorno do parque.

²⁸ Estrada que passa dentro do parque e que corta o parque no sentido leste-oeste, ligando municípios do entorno.

²⁹ Entrevista com um agricultor em julho de 2007.

outros processos semelhantes pelo país. Uma avaliação mais detalhada pode revelar as conquistas e os entraves no processo que ainda está em construção.

Embora a idéia não tenha sido incorporada imediatamente pelo IEF, a experiência do PESB contribuiu para um processo de mudança na política de gestão de parques, serviu de inspiração e referência para outros processos do mesmo tipo principalmente algumas UC criadas no âmbito do Projeto Promata/MG³⁰, embora ainda existam dificuldades com o Estado, o órgão regulador das políticas de criação de UC. O debate conseguiu atingir âmbito nacional, a experiência do PESB foi debatida no fórum de discussão da Lei do SNUC³¹ (CTA-ZM, 2004) pela característica particular da relação da UC com o entorno. Embora algumas estratégias favoreçam a participação social³² e, na prática, esta participação envolva um campo difícil de negociação, ainda é pouco abrangente. A preocupação é que a conservação dos recursos naturais torna-se ineficiente sem uma participação mais ampla, inclusive dos agricultores que menos aparecem e que podem contribuir quando e onde menos se espera.

As mudanças como consequência da criação do parque, afetam de forma desigual as pessoas. Para algumas delas, houve aumento da segurança, como é o caso de um agricultor, morador da Serra das Cabeças, no entorno do PESB.

“uma vantagem do parque é controlar o pessoal que roubava bois, agora não pode passar mais pelo parque. O cara pode ter uma intenção de roubar alguma coisa, fazer um mal feito, ter o parque ali, controla”³³

A idéia de segurança remete à presença do Estado, com suas leis e processos reguladores, mas por outro lado, as pessoas sentem a perda da liberdade por esses mesmos processos reguladores. O aumento da fiscalização e o controle da travessia pela serra³⁴ contribuem para a sensação de segurança que, em certo sentido é real, mas também pode estar associada a outros fatores, segundo o agricultor citado na página 05:

“toda vida tinha uma impressão aqui em Araponga que tudo [qualquer pessoa] que vinha de lá “pra” cá [do outro lado da serra] era assassino e

³⁰ Projeto de Proteção da Mata Atlântica de Minas Gerais.

³¹ Em 18 de julho de 2000 foi instituído o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) através da Lei nº 9.985. Um sistema de unidades de conservação consiste no conjunto de áreas naturais protegidas que, planejado e manejado como um todo é capaz de viabilizar os objetivos nacionais de conservação. Deverá conter amostras representativas de toda a sua diversidade de biomas, ecossistemas e espécies (MILANO, 1999).

³² Bonfim (2006) estudou a participação no processo de criação do PESB. Outros autores, como Lima (1996) e Barreto Filho (2002) problematizam a participação no contexto da conservação ambiental.

³³ Entrevista realizada em 08/07/2007.

³⁴ Essa travessia refere-se à estrada parque e os municípios ligados por ela são: Araponga (que tem a maior área do PESB no seu território e onde foi realizada grande parte da pesquisa) Fervedouro e Miradouro. Por outras trilhas pode-se atravessar o parque, mas não há um controle como o da “estrada-parque” (denominação dada pelo IEF) com portaria, cancela etc.

ladrão e daqui “pra” lá também, era a mesma coisa (...) isso aqui defendeu a vida de muita gente, porque quando o “cara” ficava ameaçado de morte aqui, ele atravessava a serra”³⁵.

O ambiente fechado, cercado, cria uma sensação artificial de segurança. A violência está na sociedade e a sensação de segurança é devido às relações de parentesco e à melhoria das condições de vida.

“Com o parque não mudou nada, passar “pra” lá ficou mais difícil, mas mudou a cabeça das pessoas? Agora eles tiram e levam “pra” outro lado (...) no passado, as pessoas violentas ficavam nas casas dos coronéis que acobertavam essas pessoas, hoje os violentos estão na cidade, a violência está “pra” todo lado (...) A visão é muito fechada ainda, do ambiente fechado (...) a pessoa presa dentro de um lugar sozinha, o que ela vai fazer? Agora eu quero ver é a pessoa solta, é que nem o ferro temperado que pegou fogo. A pessoa na sociedade é uma coisa, agora fechada é outra coisa, a visão [do parque] é muito conservacionista ainda”³⁶.

O parque, entendido como uma presença do Estado produz sentimentos contraditórios. Está claro que o mesmo processo de intervenção não atinge igualmente a todas as pessoas ao mesmo tempo e em todos os locais. Algumas diferenças podem ser atribuídas à localização da comunidade em relação ao parque, ao conhecimento sobre o parque e à participação direta ou indireta no processo de criação e/ou no conselho consultivo, ao fato de ter emprego direto ou indireto no IEF, de participar de alguma forma nas organizações que atuam no local e que tiveram envolvimento direto na criação do parque (CEB, STR e CTA). De modo geral, as mudanças são percebidas como sinais de modernidade e de progresso, conceitos abertos e vagos, mas associados localmente à melhoria das estradas, aumento da circulação de carros e de pessoas “de fora” (turistas, pesquisadores e técnicos). Tais mudanças estão alterando a dinâmica, os arranjos sociais conforme a fala de um agricultor:

“Mas hoje uma coisa que eu lamento muito é o tal de tempo, melhorou (...) mas ninguém tem mais tempo pra mais nada (...) Primeiro você tinha tempo pra conversar com o vizinho, agora não (...) Meu pai ia daqui a Viçosa à pé, eu não tenho é tempo de ir daqui ali a pé, não é porque eu não quero, eu não tenho é tempo. A primeira linha de ônibus daqui pra Viçosa eu lembro, eu já tava rapaz. Hoje é carro todo dia, moto toda hora, mas tempo, ninguém tem não (...) ficou fácil, a gente aprendeu a gastar demais.

³⁵ Entrevista realizada no dia 04 de dezembro de 2007.

³⁶ Entrevista realizada no dia 04 de dezembro de 2007.

*O povo tem mais desejo hoje, não tem nada que chegue mais não, a televisão como diz Diomedes, é tiravisão*³⁷.

O aumento do movimento nas estradas pela circulação de carros do IEF, da polícia florestal e de técnicos de entidades que atuam na região, além do sobrevôo de helicóptero da polícia florestal, são sinais da presença do Estado e do controle sobre o território³⁸. Assim como, o aumento de projetos, ações, o turismo principalmente nas localidades mais próximas ao parque. Novas construções, casas, pousadas e restaurantes e as novas tecnologias, torre de celular, internet (os funcionários, moradores do entorno, têm acesso a internet na sede do parque) são mudanças que alteram a paisagem e os costumes “tradicionais”.

O fenômeno do ecoturismo promove a diversificação de atividades no espaço rural, representando uma alternativa de geração de renda, principalmente para os agricultores que moram próximos das cachoeiras (o destino da maioria dos turistas) ou dos limites do parque e, portanto, tem contribuído com importantes mudanças que ressignificam o mundo rural³⁹. Contudo, para muitos agricultores, as mudanças não incidem em melhorias na condição de vida. Enquanto que para uns, uma alternativa para melhoria de vida é o investimento do ICMS ecológico nas comunidades vizinhas ao PESB que mais precisam de um apoio financeiro para conservação, para outros agricultores, uma maneira de combater a degradação ambiental é combater a desigualdade social e ambos podem ser combatidos pela reforma agrária,

“Se o dinheiro que é investido em conservação (...) fosse investido na produção, na agricultura, essa conservação era [seria] muito maior (...) Se quisesse fazer preservação, tinha que fazer reforma agrária (...) Eu duvido o pequeno proprietário acabar com a moita de mato. Chega nas grandes fazendas “eles” [os grandes proprietários] acabam com tudo “pra” plantar café. (...) Nas pequenas propriedades em São Joaquim (...) não tinha mata, agora tem. Se pegar o mapa de 1975, tem muita diferença do mapa de hoje, onde era fazenda antes, hoje é pequena propriedade, todo mundo quer ter uma moita de mato” (agricultor acompanhante).

Conflitos socioambientais são constitutivos das relações sociais⁴⁰, o meio ambiente “não pode ser visto apenas como objeto de cooperação, mas também de contestação e conflito” (ACSELRAD, 2004:14). Em torno do ecoturismo surgem algumas atividades conflituosas. Uma delas é o uso do parque e das estradas de terra do entorno para a prática de

³⁷ Entrevista realizada em dezembro de 2007. O nome citado, Diomedes é de um morador do entorno.

³⁸ Segundo MORAES (1997) apud PEREIRA (2005), o aparelho de Estado construído tem como referência o domínio do território e não o bem-estar do povo.

³⁹ Para análise do rural como modo de vida ver Martins (2000).

⁴⁰ Ver em SIMMEL (1983), o conflito como uma forma de socialização.

“motocross” enquanto que para os moradores, a estrada é lugar de caminhar, de trabalho. Com os motoqueiros passando em alta velocidade, a vida dos moradores, principalmente dos mais idosos e das crianças, corre risco, além de prejudicar os animais e as plantas. O uso da natureza como mercadoria, como a captura de pássaros, especialmente o trinca-ferro e a extração de madeira e plantas para comércio; o uso de veneno na agricultura, o desmatamento e as queimadas representam usos e apropriações conflitantes do espaço comum.

Os moradores vizinhos entram em conflitos com as denúncias, vistas localmente como a prática de “dedar”. Muitos atritos entre vizinhos e familiares acabam em ameaças até mesmo de morte. Há relatos de conflitos entre conselheiros e moradores que sentem a posição diferenciada do conselheiro na comunidade como um privilégio. Alguns conselheiros comentam que os moradores talvez não estejam devidamente esclarecidos sobre o significado do conselho do PESB e o papel dos conselheiros como representantes das comunidades.

Os conflitos estão relacionados com a proposta de conservação muito fechada e restrita aos moldes previstos pela lei, além do excesso de burocracia⁴¹ e do tratamento desigual na aplicação da lei, um problema que reflete a desigualdade na diversidade social. Ainda existem muitas resistências ao parque por parte dos moradores, embora menos do que havia na época da criação. Muitos ainda não conhecem o parque, os limites entre sua propriedade e o parque, confundem com a própria mata, falam que eles próprios têm muitos “parques”. É atribuída à falta de oficialização do Plano de Manejo do PESB e entorno a responsabilidade por usos e apropriações conflitantes do espaço comum.

Muitos não se interessam e negam a “*tal de lei*”, fazendo circular informações distorcidas, “fofocas” e interpretações pessoais que podem ser consideradas formas de resistência aos processos de regulação do Estado. Muitos continuam fazendo o que sempre fizeram, sem se darem conta por completo da situação. Para muitos o parque é “*uma bobiça*”⁴². Muitas práticas consolidadas por tempos de convivência com a mata, não podem, de uma hora para outra, ser desqualificadas, como o uso da lenha, da taquara, das madeiras para cerca e telhados. A relação com bichos, com as árvores plantadas na propriedade e com a mata envolve regras locais que não podem ser simplesmente trocadas por outras impostas, porque muitas delas não fazem sentido para os moradores que dependem dos recursos da mata para sobreviver. Contudo, novas relações socioambientais podem ser discutidas, num processo de “reflexão ambiental” a partir da cultura e do conhecimento local⁴³.

⁴¹ Para o agricultor tirar licença para executar até mesmo ações simples e cotidianas há uma enorme burocracia.

⁴² Termo da linguagem coloquial local que significa bobagem.

⁴³ Uma alternativa a educação como “adestramento ambiental”, no sentido atribuído por Paula Brugger, em seu livro “Educação ambiental ou adestramento ambiental”. Florianópolis, Letras Contemporâneas, 1994.

Muitos agricultores que buscam preservar e recuperar o ambiente cobram do IEF⁴⁴ conhecimento e consideração das estratégias de proteção ambiental usadas por eles. Muitos têm recuperado nascentes onde não mais existia água e reflorestam áreas degradadas com espécies nativas e frutíferas, aumentando a biodiversidade no entorno, mostrando que onde tem agricultura familiar, a biodiversidade pode ser maior e mais rica do que dentro do parque.

A criação do PESB impulsionou o desenvolvimento e a ampliação de experiências agroecológicas⁴⁵, a partir da necessidade dos agricultores provarem que a vida no entorno não necessariamente é contraditória com a preservação ambiental. Nesse sentido, várias experiências apontam para alternativas de conservação associadas aos processos culturais locais, à criatividade, às necessidades, valores e conhecimentos populares sobre esta biodiversidade, conhecimentos de um valor científico muito grande e uma utilização social bastante urgente.

Segundo um técnico do CTA-ZM que atua na região:

“Uma das coisas que deu impulso muito grande e a motivação para o trabalho foi a partir de todos os debates da criação do PESB (...)o grande debate era a conservação da biodiversidade ou a vida no entorno, como se isso fosse contraditório, ou se conserva ou se tem produção e a vida. E o CTA demonstrou junto com os sindicatos e com as comunidades que é possível ter essas coisas em harmonia⁴⁶, produção sustentável no entorno da unidade para que isso inclusive contribua para a conservação da biodiversidade e em todo o parque”⁴⁷ [grifo meu].

Esta perspectiva é compatível com os estudos que indicam que a proteção e garantia da diversidade cultural surge como condição, em muitos contextos, para a conservação da biodiversidade e vice-versa e que ambas parecem estar condicionadas pela superação das desigualdades sociais (STERCI, 2008).

Reflexões à guisa de considerações finais

Diante das questões que foram levantadas, é possível fazer algumas reflexões não-conclusivas sobre os processos menos evidentes desta intervenção que, segundo MARTINS (2000), são processos que se agitam nos subterrâneos da sociedade e que caracterizam a

⁴⁴ O IEF antes era visto somente como uma entidade repressora. A entidade começa a se tornar mais aceita pelo menos por um grupo de agricultores que percebe nesta gestão, iniciativas de construção de um espaço de diálogo com as organizações locais. Contudo, a “conservação”, enquanto uma política ambiental do Estado, da qual o IEF é um instrumento, é criticada pelos agricultores pelo seu caráter autoritário e repressivo.

⁴⁵ Para uma análise da experiência agroecológica em Araponga, MG, ver MAFRA (2006).

⁴⁶ O grifo chama atenção para o conceito de harmonia. As relações não são harmoniosas, porque o ambiente é atravessado por *sentidos socioculturais e interesses diferenciados* (ACSELRAD, H In ZHOURI, 2005).

⁴⁷ Entrevista realizada em março de 2008.

mudança no contemporâneo, mas que não ganham visibilidade no imediato e no episódico, no fragmento, podendo parecer imperceptíveis.

Há vários indícios de que, em torno da criação do parque, estão ocorrendo várias pequenas alterações provocadas no cotidiano da vida de famílias, comunidades e municípios, mudanças na auto-estima dos agricultores e na balança das relações de poder (SANTOS, 2003 e ELIAS, 2001). Por outro lado, nas comunidades mais distantes o parque parece não ter peso e alguns moradores não percebem muito as mudanças, nestes lugares, a sensação é de que continua a mesma vida de sempre, a mesma luta cotidiana. Fazendo uma analogia com as várias “serras” e relativizando a influência do parque, pode-se concordar que “parques” nas comunidades do alto da serra são muitos.

A criação do Território da Serra do Brigadeiro tendo como eixo aglutinador o PESB reuniu vários grupos cujos projetos e ações visam contribuir para o desenvolvimento sustentável e integrado do território. Contudo, os temas ambientais parecem ainda estar subordinados a outras lógicas responsáveis pelas decisões e a conservação da natureza um valor distante do cotidiano da sociedade. Do ponto de vista dos agricultores, alguns grupos ainda insistem em ver as serras como um espaço a se ganhar e não como uma sociedade⁴⁸.

Referências Bibliográficas

- ACSELRAD, Henri. **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.
- ALIMONDA, H. Aproximações para uma Ecologia Política Latino-Americana In: AMODEO, et alli, H. **Ruralidades, capacitação e desenvolvimento**. Viçosa: EdUFV, 2006.
- ALMEIDA, S. de; PETERSEN, P.; CORDEIRO, A. **Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola**. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.
- BARBOSA, W. A. **Cultura puri e educação popular no município de Araponga, Minas Gerais: duzentos anos de solidão em defesa da vida e do meio ambiente**. Florianópolis, 2005. Tese (Doutorado em Educação). Universidade Federal de Santa Catarina, 2005.
- BARRETO FILHO, H. Populações Tradicionais: introdução à crítica da Ecologia Política de uma noção. In: **Workshop Sociedades Caboclas Amazônicas: modernidade e invisibilidade**. São Paulo: mimeo, 2002.
- BONFIM, V. R. **Conflitos, participação e lições aprendidas na criação do Parque Estadual da Serra do Brigadeiro (PESB)**. Viçosa, 2006. Tese (Doutorado em Engenharia Florestal) Universidade Federal de Viçosa, 2006.

⁴⁸ Uma referência a este pensamento pode ser vista em Pereira, D. In Andréa ZHOURI (2005:119).

BOURDIEU, P. Introdução a uma sociologia reflexiva In: Pierre Bourdieu. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil S.A., 1989.

CENTRO DE TECNOLOGIAS ALTERNATIVAS DA ZONA DA MATA. Sistematização e análise de dados secundários. Viçosa: MG. Território da Serra do Brigadeiro – MG, 2004.

COMMERFORD, J. **Onde está a comunidade? Configurações sócio-morais e a redefinição dos limites do rural e do urbano**. CPDA/UFRRJ (s/d) (Texto não publicado)

COMERFORD, J. Como uma Família: sociabilidade, territórios de parentesco e sindicalismo rural. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ, 2003.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. São Paulo: Hucitec, 2000. 161p.

DOWIE, M. Refugiados da conservação (Trad. Antônio Carlos Diegues). **Orion**. São Paulo, n 4 , jan. 2006.

ELIAS, Norbert. Elias, N. **A sociedade da corte**: investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

ESCOBAR, A. **El final del salvage**. Naturaleza, cultura y política en la antropología contemporánea. Santafé de Bogotá: CEREC, ICAN, 1999.

LIMA, D. **Comunidades e conservação**: uma análise do movimento sócio-ambiental na Amazônia. In: III Brasa Conference. Cambridge: mimeo, 1996.

MAFRA, F. L. N. **Práticas, poder e perspectivas em reconstrução**: um olhar sobre a trajetória da experiência agroecológica de Araponga. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Agricultura e Sociedade). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2006.

MAZZETO, C. E. **Crescimento Econômico e Deseducação Ambiental**. 2007 In Press.

MEDEIROS, R. A política de criação de áreas protegidas no Brasil: evolução, contradições e conflitos. Congresso Brasileiro de Unidades de Conservação, vol.1 **Anais...**Curitiba, 2004.

MENEZES, M. A. de. O Cotidiano Camponês e a sua Importância Enquanto Resistência à Dominação: a contribuição de James C. Scott. **Raízes**. v. 21, p.32-44. 2002

PÁDUA, J. A. **Um sopro de destruição**: pensamento político e crítica ambiental no Brasil escravista (1786-1888). Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.

PEREIRA, D. B. Paradoxos do Papel do Estado nas Unidades de Conservação. In: Andréa ZHOURI. (org) **A Insustentável Leveza da Política Ambiental**: desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

PEREIRA, M. C. de B. **Mediação de conflitos agrários e ambientais**: um estudo sobre o Vale do Rio São João no Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2006. Tese (Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade). CPDA, UFRRJ, 2006.

- RIBEIRO, R. F., **Selvagens, camponeses e civilizados frente ao mundo natural**. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ (mimeo.), 1998.
- SANTOS, B, de S. **Pela Mão de Alice**. O social e o político na pós-modernidade. São Paulo: Cortez, 2003.
- TEIXEIRA, M. do C. C. Parques e Pessoas: vizinhos ou confrontantes? In: III Simpósio sobre Áreas Protegidas e Inclusão Social (SAPIS) **Anais...** Teresópolis: 2007.
- WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. **Parks and Peoples: The Social Impacts of Protected Areas**. Disponível em: <arjournals.annualreviews.org> Acesso em: 28 jun. 06.
- UNIVERSIDADE FEDERAL DE VIÇOSA. **Parque Estadual da Serra do Brigadeiro: percepção, uso e estratificação do ambiente**. Relatório Técnico, UFV, 2001. CAG 2575/97